

Saporo S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Balancos patrimoniais	19
Demonstrações do resultado	20
Demonstrações do resultado abrangente	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Sapore tem o prazer de apresentar o Relatório da Administração e as suas Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, atendendo às disposições legais e societárias. As informações são referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os valores foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e expressos em milhares de reais.

CENÁRIO MACROECONÓMICO E SETORIAL

O ano de 2019 foi marcado pelo início da recuperação do crescimento econômico do país. O novo governo iniciou promovendo medidas importantes no sentido de equilibrar as contas públicas, notadamente a Reforma da Previdência, que acabou por contar com o apoio considerável da maior parte do Congresso Nacional e da opinião pública.

A estimativa é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido 1,1% no ano passado, segundo a agência de classificação de risco Fitch Ratings. Embora modesto, o resultado em 2019 sinalizava que a recuperação da economia iria continuar em 2020.

Os dados macroeconômicos de maior impacto na atividade da Sapore estão, principalmente, nas *commodities* agrícolas e nas proteínas.

A inflação terminou o ano pressionada pelo preço das carnes. Grande parte do rebanho suíno da China foi prejudicado por uma doença, o que determinou um aumento das importações de carne para aquele mercado, afetando os preços do produto globalmente e fortemente no Brasil.

Dos vinte itens que mais subiram em 2019, nada menos que 13 são cortes bovinos. Ao todo, a categoria teve alta de aproximadamente 30%.

Em relação aos insumos agrícolas, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no começo de 2019, os aumentos de maior destaque ocorreram nos preços de alguns cereais.

O feijão-carioca, o mais consumido, que fechou 2019 em alta de 55,99%, chegou a acumular elevação de 105% no primeiro trimestre. O grupo dos cereais, no qual o feijão está inserido, fechou o ano em alta de 12,71%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do Brasil, fechou 2019 em 4,31%, pouco acima do centro da meta para o ano, que era de 4,25%.

A Bolsa, assim como outros investimentos em renda variável, foi estimulada pela queda dos juros básicos. O Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) cortou a taxa básica de juros da economia, fechando o ano em 4,50% ao ano – o menor patamar histórico.

Embora ainda em níveis elevados, os números da taxa de emprego mostraram leve recuo. O desemprego no último trimestre de 2019 foi de 11%, segundo dados divulgados pelo IBGE, uma queda de 0,8 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e 0,6 ponto percentual em relação ao último trimestre de 2018. Os dados de inflação e emprego afetam diretamente o segmento de restaurantes corporativos, em que a Sapore atua.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Refeições Coletivas (ABERC), o setor voltou a registrar crescimento em 2019. A ABERC apontou um faturamento de R\$ 20,6 bilhões em refeições coletivas, contra R\$ 19,3 bilhões em 2018. O número de refeições coletivas servidas também subiu, segundo a ABERC: foram 14,2 milhões em 2019, contra 13 milhões no ano anterior.

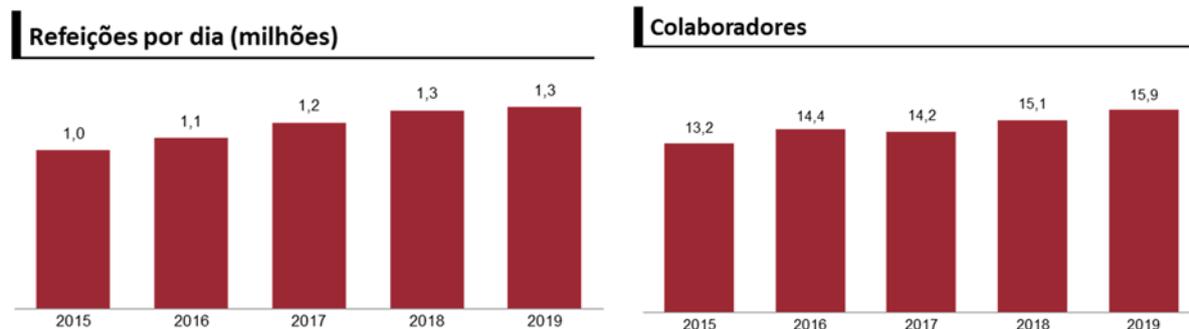
Diante do surto do coronavírus (COVID-19) que desencadeou mudanças significativas nas empresas do setor privado e do governo, bem como da imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, atualmente, não é praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro deste surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, entretanto entendemos que a nossa projeção para o ano de 2020 deverá ser revisada.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas subsidiárias, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações.

É importante frisar que a Companhia e suas subsidiárias apresentam sólida posição financeira e de crédito, que associada às medidas preventivas em curso, asseguram plena condição sustentável para atravessar este momento de crise, com equilíbrio econômico e financeiro.

VISÃO GERAL

Em 27 anos de atuação, a Sapore se tornou a maior companhia latino-americana de capital 100% nacional no segmento de restaurantes corporativos, com operações no Brasil, México e Colômbia. São 1.199 restaurantes corporativos, servindo 1,3 milhões de refeições por dia, com aproximadamente 15,9 mil colaboradores. A empresa, sem abrir mão da austeridade financeira, realizou investimentos na qualidade de suas operações e em inovação, características que acompanham a Sapore desde o princípio.



Além de se consolidar no ramo de restaurantes corporativos, em 2019, a Sapere participou de três grandes eventos: a Festa Nacional da Uva, que ocorreu entre 22 de fevereiro e 10 de março, em Caxias do Sul, com público de, aproximadamente, 600 mil pessoas; o Festival de música Lolapalooza, de 5 a 7 de abril, em São Paulo, que contou com a presença 246 mil pessoas; e, por último, o Festival PopLoad, que aconteceu em 15 de novembro, em São Paulo, no Memorial da América Latina, e reuniu cerca de 15 mil pessoas.

Os esforços da Companhia rumo à transformação digital tiveram reconhecimento no mercado. Em outubro de 2019, a empresa foi premiada, na categoria Serviços, pela IT Mídia, entre os vencedores do prêmio "As 100+ Inovadoras no Uso de TI". O prêmio reúne e avalia projetos de TI que trouxeram impactos nos negócios de empresas brasileiras.

Além de estar entre as melhores do setor de Serviços, a Sapere foi classificada entre as 30 empresas, de todos os segmentos, mais inovadoras no uso de Tecnologia de Informação.

Na Companhia, investir em novas tecnologias e inovações faz parte do negócio e permeiam todas as áreas da Companhia: Operações, Suprimentos, Recursos Humanos, Finanças, entre outros.

Nos restaurantes, seus serviços passaram a ser avaliados pelos clientes, por meio de pesquisas de satisfação usando QR-Codes, em substituição aos tradicionais totens. A implementação se deu como projeto piloto em cinco clientes e a expectativa é de ampliar a participação para todas as unidades, em 2020. O principal benefício está na redução dos custos da operação, já que a implantação e manutenção dos totens é onerosa.

Outro destaque em 2019 foi a intensificação da principal premissa do IOS - Inteligência Operacional Sapere: o desenvolvimento constante de pessoas, processos e equipamentos.

Como exemplo das iniciativas debatidas e implementadas pela equipe multidisciplinar que compõe o IOS, foi criada a Cozinha de Antecipação. Trata-se de um novo processo operacional que consiste na produção antecipada dos alimentos, através de seu resfriamento pelo método *cook chill* - cocção a altas temperaturas, seguido do resfriamento a 3º C, preservando a qualidade nutricional e ampliando a segurança alimentar.

A Cozinha de Antecipação visa a promover a melhora na produtividade da equipe: áreas físicas

menores, pois os equipamentos são de alta performance, mínima manipulação dos alimentos e consequente redução do desperdício.

Entre as iniciativas realizadas na área de Recursos Humanos, a Sapore investiu em um sistema de *assessment*, que passou ser aplicado para colaboradores e candidatos nos processos seletivos, para auxiliar na identificação de novos talentos.

Também contando com o *know how* da área de Recursos Humanos da companhia, no campo educacional, houve o lançamento da plataforma de cursos on-line S+I+A, joint-venture criada pela Sapore e a Wide Educação (empresa do Grupo SEB), com a proposta de levar treinamento e capacitação não apenas para o setor de alimentos e bebidas, mas para todo o mercado de serviços, como hotéis e transportes. A ferramenta também é utilizada pelos colaboradores da empresa e substituiu a Escola Sapore.

A plataforma oferece cursos de capacitação para quem atua em bares e restaurante e marketing digital, entre outras, e foi lançada na Startup Weekend Academy Service Innovation Academy (SWSIA), com o objetivo de estimular a formação de Companhias inovadoras nas áreas de alimentação e hotelaria.

Outra inovação foi levar a marca Yurban Food para dentro dos restaurantes corporativos da Companhia, além de espaços que tenham a ver com seu conceito, encerrando 2019 com 11 unidades em escolas, universidades, espaços de *coworking* e shopping.

O Yurban investiu em uma ampla gama de produtos próprios. Entre os sabores de destaques estão os sanduíches em pão artesanal, uma parceria com a Via Sapore, as bandejas individuais de comida japonesa (*nigiri*), assim como marmitas, sempre produzidos nas unidades da Sapore.

No encerramento do exercício de 2019, a Abanzai (holding que também detém o controle acionário da Sapore), adquiriu as empresas Zaitt e Shipp, do Espírito Santo, e da Lucco Fit, de São Paulo. O cenário econômico extremamente favorável para estes modelos de negócios foi o que motivou a aquisição das *foodtechs*.

As três empresas vão gerar sinergias com as operações da Sapore, sobretudo nas áreas de varejo, alimentação saudável, tecnologia e inovação. As gestões das três empresas continuam independentes e os fundadores permanecem como diretores.

A Zaitt iniciou sua operação em abril de 2016, como mix de *delivery* de bebidas por meio de aplicativo. Foi primeiro mercado 100% autônomo da América Latina. As unidades instaladas em São Paulo e Vitória operam sem funcionários e tem a compra guiada pelos próprios usuários.

A Shipp oferece, por meio de aplicativo, uma ampla rede de restaurantes, farmácias, mercados, petshops e outros tipos de estabelecimentos com *delivery* para os consumidores.

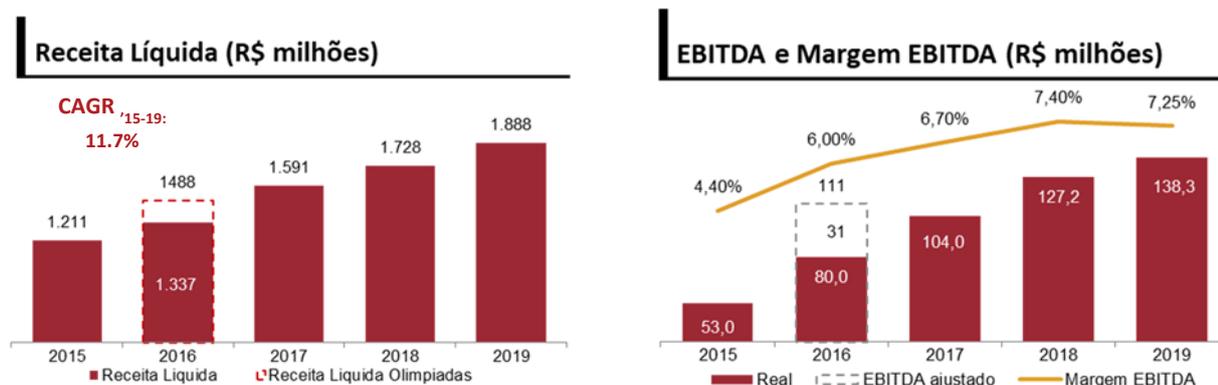
A Lucco Fit é uma companhia especializada em comida saudável congelada. A empresa tem uma loja física na capital paulista e atua em entregas em São Paulo, Grande SP, Grande ABC, Litoral Paulista, Campinas e Região.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

O ano de 2019 foi marcado por um cenário desafiador, e a Sapere se destacou, conseguindo obter resultados operacionais e financeiros relevantes, seguindo uma trajetória promissora de crescimento sustentável, com posição de liderança em diversos segmentos. Encerramos o ano de 2019 presentes 24 Estados, além do Distrito Federal. No ano, tanto as vendas quanto o EBITDA tiveram forte desempenho, impulsionado por uma gestão eficiente e controles rígidos.

Em agosto de 2019, a companhia faz e 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 e juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros, acrescida de spread de 1,1% a.a. Foram emitidas 100 milhões de debêntures, perfazendo o valor total de R\$ 100 milhões com prazo de vigência de cinco anos. Os recursos serão destinados para atender aos negócios da companhia, incluindo investimentos em Capex. Esta operação permitiu melhorar os indicadores financeiros e alongamento de dívidas.

A continuidade do plano de gestão por eficiência, permitiu que os resultados obtidos em 2019 atingissem as metas traçadas internamente para o período, permitindo à Sapere prosseguir em bases sólidas e sustentáveis. Frente a isso, os principais destaques são: a alta no faturamento, manutenção da baixa alavancagem financeira, melhoria no índice de liquidez corrente e o aumento do EBITDA, além do bom desempenho operacional e financeiro.



A Receita Bruta da Companhia aumentou de R\$ 1.993,4 milhões em 2018 para R\$ 2.151,2 milhões em 2019. A Receita Líquida foi de R\$ 1.887,6 milhões em 2019, com crescimento de 9,3% comparado ao ano de 2018. Nos últimos quatro anos a taxa composta de crescimento anual (CAGR) da receita líquida foi de 11,7%.

O custo das vendas e dos serviços prestados foi de R\$ 1.696,1 milhões em 2019, e representou 89,9% da receita líquida, e em 2018 foi de R\$ 1.530,4 milhões.

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), foi de R\$ 138,3 milhões, com aumento de 8,7% em relação ao ano anterior (crescimento médio anual de 27% desde 2015). Em 2019 o EBITDA representou 7,3% da receita líquida.

EBITDA - R\$ MIL	2015	2016	2017	2018	2019
Lucro Líquido	14.300	32.336	34.176	51.014	41.165
Imposto de Renda e Contr. Social	2.890	17.006	15.627	21.906	24.293
Resultado Financeiro	17.130	20.018	20.479	16.552	29.662
Depreciação/Amortização	18.423	22.460	29.533	33.949	35.808
Outras receitas/despesas não recorrentes	477	19.530	4.565	3.780	5.714
Evento Olimpíadas	-	(31.300)	-	-	-
Efeito no resultado do IFRS 16	-	-	-	-	1.617
EBITDA	53.220	80.050	104.380	127.201	138.259
Receita Líquida	1.211.271	1.487.696	1.591.235	1.727.665	1.887.657
EBITDA/Receita Líquida	4,4%	5,4%	6,6%	7,4%	7,3%

Ainda em linha com a estratégia de crescimento sustentável, que resultou em uma postura mais conservadora da Companhia, o índice de liquidez foi melhor em comparação à 2018. A relação dívida líquida / EBITDA foi de 1,16 vezes em 2019.

Em 14 de outubro de 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 49.970 mediante utilização da reserva de lucros acumulados, sem emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado totalizou R\$ 68.770 (R\$ 18.800 em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, foram constituídos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado e provisionados 50% do lucro para distribuição de dividendos em reserva de lucros.

INVESTIMENTO EM PESSOAS

Sabendo que o capital humano é seu principal ativo, a Sapore faz investimentos contínuos para fortalecer a sua cultura organizacional. Com o objetivo de identificar e desenvolver lideranças, a empresa implantou ferramentas de assessment (avaliação e orientação) para toda a operação da empresa. Com 80% dos colaboradores mapeados, a Companhia iniciou um plano de desenvolvimento de sucessores e de potenciais.

O assessment incluiu a construção de uma matriz de competência, associada a cada cargo e quais os comportamentos esperados para cada um deles, além de uma parte essencialmente técnica.

As informações foram colhidas em uma plataforma que foi usada tanto para os colaboradores da Sapora quanto para os candidatos dos processos seletivos da empresa. O objetivo da empresa é reter seus talentos e atrair novos.

Outro fato de grande relevância também ocorreu em 2019. A tradicional Escola Sapora passou por um processo de transformação, passando a se chamar S+I+A Academy e destinando-se também ao público externo. Para este último, com investimento feito pela holding Abanzai, foi realizada uma joint-venture com a Wide, empresa de educação corporativa a distância.

Já para o público interno, cursos foram revitalizados com base nas necessidades da Sapora. A plataforma on-line, que até então era centralizada em operações, foi segmentada em setores como, por exemplo, varejo, educação, eventos e segmento hospitalar.



Também em Recursos Humanos, a empresa seguiu desenvolvendo o Comitê de Diversidade, com foco em Pessoas Com Deficiência (PCD) e Jovem Aprendiz. A Sapora contratou uma plataforma específica para PCD, com o objetivo de formar um banco de dados para mapear as principais necessidades deste público.

A Sapora também apresentou avanços na área de saúde e segurança no trabalho. As iniciativas incluíram a criação de um jornal eletrônico com orientações sobre o setor. Todos os colaboradores da sede receberam vacinas contra a gripe.

Outra ação foi a Criação da Política de Álcool e Drogas (orientar e engajar os colaboradores quanto à prevenção do uso abusivo de álcool e drogas sem prescrição médica) e Política Disciplinar do Comportamento Seguro (gerenciar as sanções disciplinares e aplicar o Programa).

SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

A Sapore registrou um gasto de R\$ 990 milhões no pagamento de insumos em 2019, contra R\$ 800 milhões no ano anterior. Além do aumento das unidades da Sapore – abertura de 237 unidades, fechando o ano com 1.199 –, a alta no preço dos insumos, sobretudo proteínas, causou impacto nos resultados das empresas.

O aumento no preço das proteínas foi causado principalmente pela doença que dizimou grande parte do rebanho de suínos na China, o que fez o país ampliar suas importações de carne, inclusive bovina. Com isso, o Brasil, grande exportador de carne bovina e de frango, foi beneficiado pela demanda chinesa, mas isso pressionou os preços dos insumos.

Além disso, a demanda se aqueceu justamente na época de entressafra do boi e aumento de consumo por causa das festas de fim de ano. O resultado foi uma disparada nos preços: a arroba chegou a bater R\$ 204,00, em novembro de 2019, segundo o indicador Esalq/B3. A alta em 12 meses (até novembro) chegou a 40%.

Ao longo do ano, a empresa adotou como estratégia a antecipação de pagamentos aos fornecedores como forma de mitigar o impacto do aumento das proteínas, tanto que 80% das negociações foram com os fornecedores de proteínas. Neste quesito, houve um aumento de R\$ 30 milhões nas antecipações de pagamentos no ano.

A Sapore aprimorou a cadeia de suprimentos para o futuro em termos de escalabilidade. A empresa desenvolveu ações como a automação de processos e a implantação de tecnologias que ampliam a eficiência à cadeia de abastecimento.

Por exemplo, todas as entregas são rastreadas com localizadores e identificadores, possibilitando a consulta on-line de onde estão os caminhões e o local das entregas. O sistema foi desenvolvido pela Companhia em parceria com operadores logísticos.

Outra melhoria para controle dos custos foi o desenvolvimento de uma ferramenta batizada de “alçada de aprovação de orçamento”. O instrumento determina que, caso uma unidade ultrapasse o valor estipulado para o consumo de insumos, obrigatoriamente terá que passar por um fluxo de aprovação. A ferramenta está disponível em versão *mobile*, o que facilita o controle por parte da equipe Sapore.

A Sapore também desenvolveu um novo portal de pedidos, permitindo a compra de produtos “ponto a ponto” pelas unidades, que também pode ser utilizada por aplicativo. São compras de produtos feitos localmente, que não são entregues de forma centralizada, como frutas, verduras e pães. Ou, então, quando o custo logístico não justifica compras centralizadas. O objetivo da Sapore é ganhar produtividade, agilidade e mobilidade.

Para finalizar, a Companhia está integrando todas as compras “ponto a ponto”, que antes operavam em sistemas separados. Dessa forma, compras de materiais de escritório e alimentos passam a ser integrados em um único portal de pedidos, ligados ao ERP (sistema de gestão empresarial) da Sapore.

CLIENTES

A Sapore em 2019 voltou a conquistar novos clientes em segmentos diversos. Além da área comercial ter conseguido mais de 200 novos contratos nos diversos segmentos: B&I (Business & Industry), Escolas e Hospitais.

Houve um significativo aumento no segmento de escolas, marcando presença nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Manaus. Em parte das unidades escolares, a Sapore mantém o conceito de comida saudável, ou seja, não são servidos itens como açúcar refinado ou farinha branca. A intenção da marca é contribuir para a melhora dos hábitos alimentares das novas gerações. Outro item a destacar no cardápio dos colégios foram as lanchonetes Yurban Food, marca própria da Sapore, com grande sucesso entre os alunos.

Conquista igualmente importante para as operações da Sapore foram os restaurantes em hospitais. A companhia iniciou suas atividades na rede do Grupo Amil, com 10 unidades no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Também começaram as operações do Cora Residencial Senior (especializado no atendimento a idosos), com duas unidades na capital paulista, e o Hospital São Francisco, no interior paulista.

Além disso, toda a área de alimentos e bebidas do centro de eventos Expominas, em Belo Horizonte, foi outro grande negócio anunciado em 2019. Foi realizada também uma parceria com o WeWork Brasil, empresa de escritórios compartilhados, em unidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Tecnologia e Inovação estiveram na ordem do dia da Sapore em 2019, com o objetivo de potencializar ganhos de eficiência e qualidade, produtividade, reduzindo processos e custos, além de preparar a empresa para sua transformação digital.

No ano passado, a Sapore iniciou a substituição dos totens de pesquisa de satisfação por QR-Codes, utilizando o celular. Internamente, uma nova plataforma da Microsoft foi implantada, facilitando o dia a dia da companhia, tanto nas áreas de *backoffice* quanto na operação.

Nos restaurantes da marca, houve a incorporação de um sistema de Inteligência Artificial (IA). Desenvolvido pela Sapore em conjunto com a Microsoft, a plataforma funciona por meio de um sistema de câmeras nas unidades que, conectadas ao sistema, alerta sobre o uso correto de equipamentos, eventuais falhas de procedimento. O sistema preventivo possibilita, por exemplo, a redução de acidentes de trabalho, com o afastamento de colaboradores, gerando eficiência e economia de custos.

Também em conjunto com a Microsoft, foi desenvolvida uma plataforma colaborativa – Office

365 – que conecta todas as unidades da Sapora, possibilitando uma comunicação rápida e eficiente entre os colaboradores. Dessa forma, soluções para os problemas das unidades podem ser facilmente compartilhadas.

A Sapora também investiu na compra da nova plataforma de gestão empresarial SAP. A incorporação da ferramenta pretende gerar ganhos de eficiência, produtividade e governança corporativa.

Na área de Recursos Humanos, foi implantada a plataforma de *assessment* disponibilizada tanto para os colaboradores da Sapora quanto aos candidatos dos processos seletivos da empresa, sendo usada também para promoções e movimentações internas.

Outra ação importante para ampliar ainda mais a qualidade de gestão foi o início da migração de informações da Sapora para dois bancos de dados baseados em "cloud".

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A Responsabilidade Social Corporativa é um pilar fundamental nas atividades da Sapora. Desde 2012, a companhia, por meio da Associação Daniel Mendez, desenvolve na cidade de Campinas uma parceria com o Projeto Pescar, que tem como foco a capacitação profissional. O programa é voltado para jovens de 16 a 18 anos que estão entrando no mercado de trabalho.

Trabalho em equipe, Marketing Pessoal, Cidadania, autoconhecimento, Inteligência Emocional, Sustentabilidade, Vivências, Relacionamento Interpessoal e em Grupo foram alguns dos tópicos abordados pelo programa.

O objetivo é o desenvolvimento pessoal e social destes jovens em situação de vulnerabilidade. A grande maioria já sai do projeto com emprego garantido. Em Campinas, aqueles que não são aproveitados pela própria Sapora, são recomendados para outras empresas da região.

Os 40 selecionados em 2019 receberam vale-transporte, material, uniforme, refeição local e vale alimentação, bem como assistência médica e odontológica. Além de toda a capacitação, ainda são orientados em assuntos como preparar um currículo e como agir em uma entrevista de emprego.

Profissionais da própria Sapora podem participar do projeto como educadores, por meio de voluntariado. A infraestrutura e o *know-how* da empresa são utilizados no projeto, preparando os alunos, além das aulas teóricas, a conhecer como opera uma grande organização do setor de alimentos. Como é um mercado de grande amplitude, também é uma forma de abrir novas oportunidades de trabalho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As boas práticas de governança corporativa da Companhia têm como princípios básicos a postura ética, responsável e transparente na administração de seus negócios, alinhando interesses e prospecções estratégicas de longo prazo.

O compromisso com princípios éticos sempre pautou a atuação da Sapora no mercado. A Governança Corporativa se constrói no dia a dia, e o aprimoramento de suas diretrizes é constante.

A boa Governança Corporativa tem como principal objetivo garantir e preservar a qualidade das informações, por isso, em 2018 a Companhia implementou o Canal Ético. A ferramenta funciona como um meio para que colaboradores, clientes e fornecedores possam relatar, de maneira totalmente confidencial, qualquer conduta que descumpra o Código de Ética da Sapora, tais como atos de corrupção e ocorrências de racismo e preconceito de ordem sexual e de gênero, bem como assédios morais e sexuais.

O canal de comunicação funciona de forma independente por empresa terceirizada que é responsável por captar os casos relatados para encaminhamento ao Comitê de Ética da Sapora. A partir dessas denúncias, o comitê atua de acordo com o regimento interno aprovado pela alta direção da empresa, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações recebidas.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditoria visa assegurar que não haja conflitos de interesses e perda de independência ou objetividade do auditor.

AGRADECIMENTOS

A Sapora sabe que uma receita de sucesso não entrega só sabor, e que, sem o esforço e cooperação de todos os nossos colaboradores, não teria chegado onde chegou. E esse foi o tempero que se mostrou o mais marcante nas receitas de sucesso da Companhia.

Agradecemos a todos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e instituições financeiras pela confiança e apoio demonstrado ao longo de mais um ano, permanecemos confiante na continuidade do desempenho positivo apresentado em 2019. Neste contexto a Sapora continuará focada na busca da excelência em todas as suas áreas e unidades, contando com o trabalho e dedicação de toda sua equipe.



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Sapora S.A.

Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sapora S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sapora S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de vendas e de serviços prestados

Veja as notas explicativas 8.c e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme descrito na nota 8.c parte da receita de vendas é reconhecida mensalmente com base na estimativa da quantidade de refeições servidas por cada contrato, mas não faturados no final do mês.</p> <p>Como o cálculo da quantidade de refeições servidas no período de competência envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas e devido a relevância do valor da receita em 31 de dezembro de 2019 e possíveis efeitos nos saldos contábeis no próximo ano fiscal, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de reconhecimento de receita da Companhia.</p> <p>Em base amostral, avaliamos os períodos de fornecimento de refeições utilizados pela Companhia na determinação da receita de vendas não faturadas no fechamento do exercício e comparamos com o faturamento efetivo subsequente.</p> <p>Efetuamos testes documentais para exatidão e integridade das bases de dados das transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem, e confrontamos com a respectiva documentação suporte.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas a receita de vendas e de serviços prestados estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Adoção inicial do CPC 06(R2) – Operação de arrendamento mercantil

Veja as nota explicativas 6, 8.n, 15 e 18.d das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto

<p>A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.</p> <p>Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental.</p> <p>A determinação da taxa de desconto envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.</p> <p>A Companhia também exerceu julgamento para determinar o prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer prorrogações.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas a premissas e estimativas na determinação da taxa de desconto, o julgamento quanto o exercício do prazo de prorrogação e à relevância das operações de arrendamento, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos processos implementados pela Companhia para a aplicação do novo pronunciamento de arrendamentos.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência das premissas e da metodologia utilizada na determinação da taxa de desconto.</p> <p>Também avaliamos os julgamentos exercido pela Companhia para determinar o prazo de arrendamento.</p> <p>Efetuamos testes documentais para exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos de arrendamento, por meio de amostragem, utilizada para suportar os valores registrados, bem como efetuamos a conferência aritmética e da adequada classificação do passivo de arrendamento entre circulante e não circulante. Consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os montantes contabilizados na adoção inicial do CPC 06(R2) – Operação de arrendamento mercantil e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Reconhecimento de provisões para processos judiciais

Veja as notas explicativas 8.m e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária.</p> <p>Esse assunto exige que a Companhia e seus assessores jurídicos externos exerçam julgamentos significativos na determinação do reconhecimento de passivos: probabilidade de decisão desfavorável.</p> <p>Esse assunto, também, exige a determinação de premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos para determinação do valor dos passivos contingentes e do reconhecimento da provisão.</p> <p>Em função da complexidade do assunto, do</p>	<p>Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes tributários, incluindo a avaliação do julgamento exercido pela Companhia.</p> <p>Obtivemos as confirmações junto aos assessores legais externos da Companhia, bem como as devidas opiniões legais aplicáveis e comparamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências e depósitos judiciais e aplicamos testes documentais por amostragem.</p> <p>Avaliamos as provisões reconhecidas e se as divulgações dos passivos</p>

ambiente tributário brasileiro ou nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem: (i) influenciar o julgamento da Companhia quanto a probabilidade de perda, e (ii) as incertezas relacionadas a premissas e estimativas dos saldos passivos reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

contingentes efetuados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, avaliação de riscos, chances de perdas e valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e as divulgações sobre as provisões e passivos contingentes tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027612/F



Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC 1SP193052/O

Sapore S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	109.901	36.468	111.068	36.783	Fornecedores	19	148.595	121.307	155.136	127.080
Contas a receber de clientes	10	221.354	208.208	229.722	217.191	Fornecedores - risco sacado	20	44.418	48.216	44.418	48.216
Ativos de contrato	10	17.147	12.213	17.147	12.213	Financiamentos e empréstimos	18.a	73.602	60.548	73.602	60.548
Estoques	11	84.869	64.277	85.215	64.542	Passivo de arrendamento	18.d	16.555	560	16.555	560
Outros investimentos		-	310	-	310	Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	31	1.565	1.270	1.565	1.270
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	31	2.322	1.644	2.322	1.644	Impostos e contribuições a recolher	22	23.508	20.986	29.930	24.107
Impostos a recuperar	12.b	16.929	13.862	18.354	15.195	Salários, férias e encargos a pagar	23	74.905	72.653	75.961	73.207
Dividendos à receber		159	-	-	-	Dividendos a pagar	24.d	10.138	24.564	10.138	24.564
Outras contas a receber	13	30.696	16.756	30.959	16.852	Imposto de renda e contribuição social	30	5.622	9.026	6.378	9.886
						Outras conta a pagar		6.346	9.432	4.908	10.023
Total do ativo circulante		483.377	353.738	494.787	364.730	Total do passivo circulante		405.254	368.562	418.591	379.461
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos		1.138	2.558	1.138	2.558	Provisões para processos judiciais	21	5.726	3.046	5.797	3.169
Empréstimos a receber		1.366	1.098	1.366	1.098	Financiamentos e empréstimos	18.a	151.255	62.991	151.255	62.991
Depósitos judiciais	21	30.287	24.354	30.287	24.354	Passivo de arrendamento	18.d	29.953	52	29.953	52
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	31	858	1.071	858	1.071	Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	31	1.665	2.243	1.665	2.243
Impostos a recuperar	12.b	-	-	145	109	Impostos e contribuições a recolher	22	5.992	8.746	5.992	8.746
Impostos diferidos	13.a	8.669	15.512	12.696	19.062	Mútuo a pagar		-	1.812	-	-
Outras contas a receber	14	1.663	4.482	1.795	4.589	Outras contas a pagar		-	-	1.588	28
Total do realizável a longo prazo		43.981	49.075	48.285	52.841	Total do passivo não circulante		194.591	78.890	196.250	77.229
Total do passivo						Total do passivo					
								599.845	447.452	614.841	456.690
Imobilizado						Patrimônio líquido					
Ativos de direito de uso	15	99.575	90.648	102.942	92.848	Capital social	24	68.770	18.800	68.770	18.800
Investimentos	16	4.941	8.854	17	17	Reservas de lucros		5.821	53.229	5.821	53.229
Intangível	17	17.729	17.378	18.584	18.560	Lucros (prejuízos) acumulados		19.076	-	19.076	-
						Ajuste de avaliação patrimonial		951	212	951	212
Total do ativo não circulante		211.086	165.955	214.688	164.266	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		94.618	72.241	94.618	72.241
						Participação de não controladores		-	16	-	65
Total do ativo		694.463	519.693	709.475	528.996	Total do patrimônio líquido		94.618	72.241	94.634	72.306
						Total do passivo e patrimônio líquido		694.463	519.693	709.475	528.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapora S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita sobre vendas	1.802.350	1.644.461	1.845.951	1.684.390
Receita sobre serviços prestados	41.706	43.275	41.706	43.275
Receita de vendas e de serviços prestados	1.844.056	1.687.736	1.887.657	1.727.665
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.648.251)	(1.491.682)	(1.696.087)	(1.530.383)
Lucro bruto	195.805	196.054	191.570	197.282
Despesas gerais e administrativas	(119.701)	(112.901)	(122.278)	(116.280)
Despesas com vendas	(6.063)	(7.511)	(6.166)	(7.504)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	297	(478)	267	(667)
Outras despesas	(8.288)	(12.466)	(8.288)	(12.515)
Outras receitas	43.819	29.156	44.204	29.156
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	105.869	91.854	99.309	89.472
Receitas financeiras	3.726	24.617	3.749	24.626
Despesas financeiras	(37.307)	(40.921)	(37.600)	(41.178)
Resultado financeiro	(33.581)	(16.304)	(33.851)	(16.552)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	(6.755)	(1.970)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	65.533	73.580	65.458	72.920
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.730)	(18.981)	(17.901)	(19.382)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(6.589)	(3.645)	(6.392)	(2.524)
Lucro líquido do exercício	41.214	50.954	41.165	51.014
Resultado atribuível aos				
Acionistas controladores	41.214	50.954	41.214	50.954
Acionistas não controladores	-	-	(49)	60
Lucro líquido do exercício	41.214	50.954	41.165	51.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapore S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	41.214	50.954	41.165	51.014
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	245	911	245	911
Hedge de fluxo de caixa	748	(431)	748	(431)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(254)	146	(254)	146
Resultado abrangente do exercício	41.953	51.580	41.904	51.640
Resultado abrangente total atribuído a				
Acionistas controladores	41.953	51.580	41.953	51.580
Acionistas não controladores	-	-	(49)	60
Resultado abrangente do exercício	41.953	51.580	41.904	51.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Saporo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Reservas de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2018		18.800	3.759	24.093	(414)	-	46.238	5	46.243	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	50.954	50.954	60	51.014	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	626	-	626	-	626	
Destinações:										
Dividendos do exercício propostos	27.d	-	-	(100)	-	(25.477)	(25.577)	-	(25.577)	
Retenção de lucros	27.b	-	-	25.477	-	(25.477)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		18.800	3.759	49.470	212	-	72.241	65	72.306	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	41.214	41.214	(49)	41.165	
Outros resultados abrangentes		-	-	-	739	-	739	-	739	
Destinações:										
Aumento de capital com reserva de lucros	24.a	49.970	-	(49.970)	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	24.b	-	2.062	-	-	(2.062)	-	-	-	
Dividendos do exercício propostos	24.d	-	-	-	-	(19.576)	(19.576)	-	(19.576)	
Retenção de lucros	24.b	-	-	19.576	-	(19.576)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		68.770	5.821	19.076	951	-	94.618	16	94.634	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sapora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		65.533	73.580	65.458	72.920
Ajustes por:					
Provisões		2.382	3.524	2.353	3.393
Depreciação, amortização e diferimento		34.563	32.585	35.808	33.949
Juros sobre financiamentos e arrendamentos		18.052	13.194	18.052	13.194
Valor residual na baixa de ativo imobilizado, investimentos e arrendamento		8.188	4.723	8.292	4.723
Equivalência patrimonial	14	6.755	1.970	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	10	(17.782)	(28.574)	(17.199)	(30.093)
Estoques	11	(20.592)	(13.642)	(20.661)	(13.645)
Impostos a recuperar	12.b	(3.067)	(3.639)	(3.149)	(2.096)
Demais ativos		(18.797)	(13.400)	(20.192)	(9.972)
Fornecedores	19	27.288	2.921	28.292	3.758
Fornecedores risco sacado	20	(3.798)	9.408	(3.798)	9.408
Impostos e contribuições a recolher	22	(8.001)	(21.223)	(4.983)	(21.551)
Depósitos judiciais	21	(42.298)	-	(42.298)	-
Recebimento de processo judicial	21	36.365	-	36.365	-
Outras contas a pagar e salários, férias e encargos a pagar		(2.927)	8.862	(860)	8.144
Caixa gerado pelas atividades operacionais		81.864	70.289	81.480	72.132
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.365)	(19.361)	(12.899)	(21.778)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		68.499	50.928	68.581	50.354
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	15	(38.120)	(34.487)	(39.488)	(35.820)
Aumento de capital nas investidas		(3.438)	(2.030)	-	-
Aquisição de ativo intangível	17	(2.667)	(1.381)	(3.121)	(1.381)
Empréstimos (concedidos) a partes relacionadas		(268)	(650)	(268)	(650)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(44.493)	(39.548)	(42.877)	37.851
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de dividendos	24.d	(34.002)	(12.500)	(34.002)	(12.500)
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis		187.683	139.082	187.683	139.082
Aquisições de bens de direito de uso	15	(3.923)	-	(3.923)	-
Amortização de direitos de uso CPC 06(R2)	15	16.664	-	16.664	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis		(13.143)	(12.910)	(13.143)	(12.910)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis		(103.852)	(114.533)	(103.852)	(114.533)
Caixa líquido proveniente(usado) nas atividades de financiamento		49.427	(881)	49.427	(881)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		73.433	11.499	75.131	11.622
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		36.468	24.969	36.783	25.708
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(846)	(547)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		109.901	36.468	111.068	36.783
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		73.433	11.499	75.131	11.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Sapore S.A. (“Companhia”) está constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Antonio Artioli, nº 570 - Swiss Park Office - Edifício Altdorf - Bloco G, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

O Grupo tem por objeto a prestação de serviços e vendas no setor de alimentação e refeições, através da operação de cozinhas industriais, próprias ou de terceiros, em restaurantes empresariais, corporativos, lanchonetes e eventos.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Nome da controlada	País origem	31/12/2019	31/12/2018
Gran Sapore Del Colômbia	Colômbia	99,90%	99,90%
Real Alimentacion Del Mexico	México	99,90%	99,90%
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V.	México	99,90%	99,90%
Sapore Pará Refeições Ltda.	Brasil	97,00%	97,00%

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados, na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10 e 31** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 17.d** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e
- **Nota explicativa 21**- reconhecimento e mensuração de provisões para processos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 25** - reconhecimento de receita: estimativa de receita de prestação de serviços prestados e ainda não faturados;
- **Nota explicativa 15** - principais premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto de ativos de direito de uso;

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31 - instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8(n).

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de restaurante e veículos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) *Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)*

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 15). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) *Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)*

O Grupo arrenda diversos equipamentos de restaurante. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição(*)

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais, e passivos de arrendamento adicionais, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo.

	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	58.474
Ativo fiscal diferido	26
Passivos de arrendamento	58.323
Lucros acumulados	(177)

- (*) Para o impacto do CPC 06(R2) no resultado do período, consulte a Nota explicativa 26 e 27. Para detalhes sobre as políticas contábeis de acordo com o CPC 06(R2) e CPC 06(R1), consulte a Nota explicativa 8(n).

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 8,15%.

	1º de janeiro de 2019
Contratos de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018, divulgado conforme o CPC 06(R1) nas demonstrações financeiras consolidadas	51.783
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	5.940
Passivos de arrendamento financeiro reconhecidos em 31 de dezembro de 2018	751
Passivos de arrendamento reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	58.474

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis, descritas abaixo, de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Veja nota explicativa 6.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada a valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A relação das controladas e seus respectivos percentuais de participação, utilizados para aplicação do método de equivalência patrimonial, está apresentada na Nota Explicativa nº 2.

(iii) Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. A participação de acionistas não controladores nas controladas é destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda, originado pela perda de controle, é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários, denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários, que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários, que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras, resultantes da conversão, são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

c. Receita de contrato com o cliente

A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Prestação de contratos de clientes referentes a serviços de refeição

O Grupo reconhece receitas de contratos de clientes referentes a serviços de refeição quando: (i) com base na identificação de contrato com cliente incluindo a determinação de que as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) na identificação das obrigações de desempenho incluindo quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos e à medida que a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente; (iii) quando as partes puderem determinar o preço da transação e quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

Ativos de contrato

O Grupo possui receitas relacionadas a serviços de refeição calculadas e reconhecidas mensalmente por meio de estimativa dos serviços prestados e produtos vendidos que ainda não foram faturados, essas receitas são reconhecidas com base na estimativa de refeições servidas em cada contrato. O Grupo classifica essas receitas como ativos de contrato caracterizados pelos direitos do Grupo a contraprestação pelo trabalho concluído mas não faturado na data das demonstrações financeiras. Os ativos de contrato são transferidos para recebíveis quando os direitos tornam-se incondicionais. Isso ocorre normalmente quando o Grupo emite uma fatura para o cliente.

d. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso o Grupo tenha uma obrigação presente - legal ou construtiva - de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e caso a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não tem benefícios de longo prazo.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos e perdas líquidos sobre *hedges* de fluxos de caixa para proteção contra o risco de taxa de juros e o risco cambial para empréstimos (veja a nota explicativa 18.a).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício (corrente e diferido) são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na mensuração de seu custo médio atualizado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de restaurante	3 anos a 25 anos
Móveis e utensílios	4 anos a 12 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis, que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

<i>Software</i>	5 anos
Carteira de clientes (Alimenco e Gran Palato)	19 anos
Acordo de não competitividade	19 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação da taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*.

Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

k. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

1. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas estimadas para os títulos a receber de seus clientes são mensuradas a partir da experiência real de perda de crédito dos últimos anos. O Grupo tem como prática analisar recorrentemente a situação financeira e patrimonial de seus clientes, bem como acompanhar periodicamente os títulos em aberto.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro e foram calculadas como segue:

Controladora				
Em milhares de reais	Saldo Contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Créditos a vencer	235.502	0,11%	259	Não
Créditos em atraso até 60 dias	2.795	13,84%	387	Não
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	262	35,83%	94	Não
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	675	46,93%	317	Não
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	816	60,97%	497	Sim
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.171	99,87%	4.166	Sim
	244.221		5.720	

Consolidado				
Em milhares de reais	Saldo Contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
Créditos a vencer	240.429	0,11%	264	Não
Créditos em atraso até 60 dias	4.017	3,84%	154	Não
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.069	9,83%	105	Não
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	852	11,83%	102	Não
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	883	31,97%	282	Sim
Créditos em atraso há mais de 361 dias	5.767	90,87%	5.241	Sim
	253.017		6.148	

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada.

Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de *forma pro rata temporis*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Processos judiciais

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é provável que o Grupo será obrigado a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados as várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pelo Grupo, relativos às disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

n. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que
- Obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;

- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 31 (a)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	7.211	3.575	8.378	3.890
Aplicações financeiras	102.690	32.893	102.690	32.893
Total de caixa e equivalentes de caixa	102.690	36.468	111.068	36.783

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras se referem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remuneradas com média de 99,57% (98,7% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber de clientes e ativos de contrato

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No país	227.074	214.226	235.870	223.606
Ativos de contrato (*)	17.147	12.213	17.147	12.213
Sub-total	244.221	226.439	253.017	235.819
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(5.720)	(6.018)	(6.148)	(6.415)
	238.501	220.421	246.869	229.404

(*) Ativos de contrato são receitas reconhecidas mediante ao período de fornecimento de refeições. A mensuração da provisão de receita não faturadas no período corrente é baseada no faturamento efetivo subsequente de acordo com as quantidades de refeições servidas naquele período.

O quadro a seguir resume os saldos de contas a receber de clientes e ativos de contrato por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	235.502	216.008	240.429	221.775
Em atraso até 60 dias	2.795	2.267	4.017	4.125
Em atraso de 61 a 90 dias	262	556	1.069	840
Em atraso de 91 a 180 dias	675	1.537	852	1.894
Em atraso de 181 a 360 dias	816	1.061	883	1.061
Em atraso há mais de 361 dias	4.171	5.010	5.767	6.124
	244.221	226.439	253.017	235.819

Os critérios adotados pelo Grupo para o cálculo da provisão de perdas por redução ao valor recuperável levam em consideração o risco de crédito da carteira de clientes, bem como o histórico de recebimento de títulos em atraso.

Demonstramos a seguir a movimentação de perdas por redução ao valor recuperável no período:

Controladora

Saldo em 1º. de janeiro de 2018	<u>(5.540)</u>
Complemento de provisão	1.800
Baixa efetiva de títulos vencidos	(471)
Reversão de provisão	<u>(851)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(6.018)</u>
Complemento de provisão	1.800
Baixa efetiva de títulos vencidos	<u>(1.398)</u>
Reversão de provisão	<u>(700)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(5.720)</u>

Consolidado

Saldo em 1º. de janeiro de 2018	<u>(5.748)</u>
Complemento de provisão	1.989
Baixa efetiva de títulos vencidos	<u>(471)</u>
Reversão de provisão	<u>(851)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(6.415)</u>
Complemento de provisão	1.812
Baixa efetiva de títulos vencidos	<u>(1.379)</u>
Reversão de provisão	<u>(700)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(6.148)</u>

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos alimentícios nos operadores logísticos	62.893	44.910	62.892	44.910
Produtos alimentícios nas unidades operacionais (restaurantes)	21.976	19.367	22.323	19.632
	84.869	64.277	85.215	64.542

Em 31 de dezembro de 2019, o custo alimentar, os insumos, e as variações no saldo de estoques de produtos para venda de refeições e prestações de serviços incluídos no ‘Custo das vendas e dos serviços prestados’ totalizaram R\$ 1.648.251 (R\$ 1.491.682 em 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou a necessidade de constituir nenhuma provisão para valor realizável dos estoques.

12 Impostos diferidos e a recuperar

a. Impostos diferidos

Os ativos e os passivos fiscais diferidos possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos diferidos				
Provisão para processos tributários	20.089	44.234	20.089	44.234
Provisão para processos trabalhistas	6.671	7.231	6.671	7.231
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	5.720	6.018	5.720	6.018
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	51	799	51	799
Direito de uso (CPC 06-R2)	1.617	-	1.617	-
Outros (controlada Gran Sapore Colômbia)	-	-	3.221	3.988
Outros (controlada Union México)	-	-	9.880	7.449
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	(8.651)	(12.659)	(8.651)	(12.659)
Base de cálculo dos impostos diferidos	25.497	45.623	25.497	57.060
Taxa combinada de 33% - Colômbia	-	-	1.063	1.316
Taxa combinada de 30% - México	-	-	2.964	2.234
Taxa combinada de 25% para IR e 9% para CSLL - Brasil	8.669	15.512	8.669	15.512
Total do Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - Líquido (compensados)	8.669	15.512	12.696	19.062
Efeito no resultado no período (nota 30)	(6.589)	(3.645)	(6.392)	(2.524)

Na controladora a taxa combinada é de 25% para IR e 9% para CSLL, as investidas no exterior de acordo com a legislação local a taxa combinada de IR e CS no México é 30% e 33% na Colômbia.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, o Grupo compensou seus ativos fiscais diferidos contra os seus passivos fiscais diferidos que têm o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e aqueles que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estavam relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária (na mesma entidade tributável).

A movimentação das diferenças temporárias está assim demonstrada:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2018	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 30)	Saldo em 31.12.2019	
Provisão para contingências tributárias	44.234	-	(24.145)	20.089	
Provisão para contingências trabalhistas	7.231	-	(560)	6.671	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.018	-	(298)	5.720	
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	798	(748)	-	50	
Direito de uso (CPC 06-R2)	-	-	1.617	1.617	
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	(12.658)	-	4.007	(8.651)	
Base do imposto diferido	45.623	(748)	(19.379)	25.496	
Impostos diferidos - (compensados)	15.512	(254)	(6.589)	8.669	
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2018	Reconhecidos no patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado (nota 30)	Outros	Saldo em 31.12.2019
Provisão para contingências tributárias	44.234	-	(24.145)	-	20.089
Provisão para contingências trabalhistas	7.231	-	(560)	-	6.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.018	-	(298)	-	5.720
Instrumentos financeiros <i>hedge</i>	798	(748)	-	-	50
Direito de uso (CPC 06-R2)	-	-	1.617	-	1.617
Outros da controlada Gran Sapora					
Colômbia	3.988	-	(984)	217	3.221
Outros da controlada Union México	7.449	-	1.740	691	9.880
<i>Leasing</i> (RTT) - Passivo fiscal diferido	(12.658)	-	4.007	-	(8.651)
Base do imposto diferido	57.060	(748)	(18.623)	908	38.597
Imposto diferido - Colômbia	1.316	-	(325)	72	1.063
Imposto diferido - México	2.234	-	522	208	2.964
Imposto diferido - Brasil	15.512	(254)	(6.589)	-	8.669
Impostos diferidos - (compensados)	19.062	(254)	(6.392)	280	12.696

b. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a recuperar	10.453	7.678	10.580	7.794
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.672	3.154	3.946	3.154
INSS a recuperar	2.199	2.273	2.199	2.273
Outros	605	757	1.629	1.974
Total circulante	16.929	13.862	18.354	15.195
Não circulante				
Outros	-	-	145	109
Total de impostos à recuperar	16.929	13.862	18.499	15.304

13 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Adiantamento à fornecedores(*)	18.806	4.403	18.806	4.403
Despesas antecipadas	5.487	7.160	5.487	7.165
Direitos à receber	2.493	1.617	2.493	1.617
Adiantamentos diversos	2.890	2.222	3.149	2.242
Antecipação de seguros	1.020	1.354	1.024	1.425
Total circulante	30.696	16.756	30.959	16.852
Não circulante				
Despesas antecipadas	974	3.790	1.106	3.899
Outros	689	692	689	690
Total não circulante	1.663	4.482	1.795	4.589
Total de outras contas à receber	32.359	21.238	32.754	21.441

(*) O Grupo realiza antecipação à fornecedores para compra de insumos com o principal objetivo de disciplinar e garantir as condições de fornecimento contínuo. Os fornecedores garantem a emissão das notas fiscais aos respectivos fornecimentos e entrega dos insumos no local e no prazo indicado de acordo com o contrato. Todos os contratos firmados com os fornecedores são de curto prazo e representa R\$ 11.660 em dezembro de 2019.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com sua controladora e coligadas, como segue:

Controladora	Saldo investimento (nota 16)		Saldo do ativo		Saldo do passivo		Dividendos a distribuir (nota 24.d)		Resultado - Outras despesas		Resultado - Resultado da equivalência (nota 16)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Abanzai Representações	-	-	-	-	-	-	(10.138)	(24.564)	(2.700)	(2.325)	-
Real Alim. Del México	-	-	-	-	(1.570)	(1.361)	-	-	-	-	-	-
Union Servicios Alimentacion	-	2.833	-	-	(854)	-	-	-	-	-	(5.729)	(3.199)
Gran Sapore Del Colombia	4.463	4.112	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.410)	(606)
Sapore Argentina SRL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapore Pará Refeições	461	1.892	-	-	-	(1.812)	-	-	-	-	384	1.835
DSPI Atacadista	-	-	1.107	850	-	-	-	-	-	-	-	-
Unifacilities Serviços	-	-	250	243	-	-	-	-	-	-	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CMV Solutions Vendas e Gestão Empresarial	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos diversos	17	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.941	8.854	1.366	1.098	(2.424)	(3.173)	(10.138)	(24.564)	(2.700)	(2.325)	(6.755)	(1.970)

Consolidado	Saldo do ativo		Dividendos a distribuir (nota 24.d)		Resultado - Outras despesas		Saldo investimento (nota 16)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Abanzai Representações	-	-	(10.138)	(24.564)	(2.700)	(2.325)	-
DSPI Atacadista	1.107	850	-	-	-	-	-	-
Unifacilities Serviços	250	243	-	-	-	-	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	4	-	-	-	-	-	-	-
CMV Solutions Vendas e Gestão Empresarial	5	5	-	-	-	-	-	-
Investimentos Diversos	-	-	-	-	-	-	17	17
	1.366	1.098	(10.138)	(24.564)	(2.700)	(2.325)	17	17

Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui sócios, conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Honorários da diretoria	2.596	2.524
Remuneração contratada	1.052	1.124
	3.648	3.648

Controladora

A controladora final da Companhia é a Abanzai Representações S.A.

15 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	2.027	(1.287)	740	798	2.027	(1.287)	740	798
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.052	(15.289)	5.763	6.822	21.497	(15.217)	6.280	6.823
Máquinas e equipamentos	1.372	(702)	670	515	1.406	(710)	696	517
Equipamentos de restaurante	132.289	(71.726)	60.563	53.016	136.213	(73.405)	62.808	54.918
Móveis e utensílios	58.624	(34.086)	24.538	20.896	59.239	(34.447)	24.792	20.924
Veículos	3.917	(2.417)	1.500	1.332	4.168	(2.510)	1.658	1.541
Equipamentos de computação	17.413	(12.065)	5.348	5.118	17.820	(12.398)	5.422	5.176
Imobilizado em andamento	453	-	453	2.151	546	-	546	2.151
	237.147	(137.572)	99.575	90.648	242.916	(139.974)	102.942	92.848
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>								
Máquinas e equipamentos	28.370	(5.801)	22.569	-	28.370	(5.801)	22.569	-
Imóveis	14.097	(4.064)	10.033	-	14.097	(4.064)	10.033	-
Veículos	18.896	(6.638)	12.258	-	18.896	(6.638)	12.258	-
	61.363	(16.503)	44.860	-	61.363	(16.503)	44.860	-
Total	298.510	(154.075)	144.435	90.648	304.279	(156.477)	147.802	92.848

b. Movimentação do custo

Controladora				
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	1.912	398	(283)	2.027
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.803	3.523	(2.274)	21.052
Máquinas e equipamentos	1.023	538	(189)	1.372
Equipamentos de restaurante	115.854	19.418	(2.983)	132.289
Móveis e utensílios	49.107	10.914	(1.397)	58.624
Veículos	3.632	812	(527)	3.917
Equipamentos de computação	15.311	2.352	(250)	17.413
Imobilizado em andamento	2.151	186	(1.884)	453
	208.793	38.141	(9.787)	237.147
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	26.216	2.154	-	28.370
Imóveis	14.922	209	(1.034)	14.097
Veículos	17.336	1.560	-	18.896
	58.474	3.923	(1.034)	61.363
	267.267	42.064	(10.820)	298.510
Consolidado				
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por compras	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	1.912	377	(262)	2.027
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.803	4.042	(2.348)	21.497
Máquinas e equipamentos	1.024	571	(189)	1.406
Equipamentos de restaurante	119.383	19.813	(2.983)	136.213
Móveis e utensílios	49.450	11.186	(1.397)	59.239
Veículos	3.951	812	(595)	4.168
Equipamentos de computação	15.661	2.409	(250)	17.820
Imobilizado em andamento	2.151	278	(1.883)	546
	213.335	39.488	(9.907)	242.916
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso</i>				
Máquinas e equipamentos	26.216	2.154	-	28.370
Imóveis	14.922	209	(1.034)	14.097
Veículos	17.336	1.560	-	18.896
	58.474	3.923	(1.034)	61.363
	271.809	43.411	(10.941)	304.279

c. Movimentação da depreciação acumulada

Controladora						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	10	(1.114)	(4)	(295)	126	(1.287)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(12.981)	-	(2.967)	659	(15.289)
Máquinas e equipamentos	10	(508)	(4)	(210)	20	(702)
Equipamentos de restaurante	8	(62.838)	(1.086)	(8.793)	991	(71.726)
Móveis e utensílios	7	(28.211)	(150)	(6.316)	591	(34.086)
Veículos	20	(2.300)	(198)	(310)	391	(2.417)
Equipamentos de computação	20	(10.193)	(183)	(1.900)	211	(12.065)
		(118.145)	(1.625)	(20.791)	2.989	(137.572)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso (**)</i>						
Máquinas e equipamentos		-	(1.403)	(4.398)	-	(5.801)
Imóveis		-	(1.049)	(3.176)	161	(4.064)
Veículos		-	(1.578)	(5.060)	-	(6.638)
		-	(4.030)	(12.634)	161	(16.503)
		(118.144)	(5.655)	(33.425)	3.150	(154.075)
Consolidado						
	Taxa média de depreciação % a.a.	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições por arrendamento mercantil	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Instalações	10	(1.114)	(4)	(295)	126	(1.287)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	(12.981)	-	(2.967)	731	(15.217)
Máquinas e equipamentos	10	(508)	(4)	(216)	18	(710)
Equipamentos de restaurante	8	(64.464)	(1.086)	(8.846)	991	(73.405)
Móveis e utensílios	7	(28.525)	(150)	(6.363)	591	(34.447)
Veículos	20	(2.409)	(198)	(322)	419	(2.510)
Equipamentos de computação	20	(10.486)	(183)	(1.940)	211	(12.398)
		(120.487)	(1.625)	(20.949)	3.087	(139.974)
<i>CPC 06-R2 - Bens de direito de uso(**)</i>						
Máquinas e equipamentos		-	(1.403)	(4.398)	-	(5.801)
Imóveis		-	(1.049)	(3.176)	161	(4.064)
Veículos		-	(1.578)	(5.060)	-	(6.638)
		-	(4.030)	(12.634)	161	(16.503)
		(120.487)	(5.655)	(33.583)	3.248	(156.477)

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pela taxa de vida útil e prazo do contrato com clientes e de locação, no menor prazo entre eles.

(**) Os ativos de direito de uso são depreciados pelo prazo do contrato.

16 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos diversos (nota 14)	17	17	17	17
Investimentos em controladas no exterior (nota 14)	4.924	8.837	-	-
Total dos investimentos	<u>4.941</u>	<u>8.854</u>	<u>17</u>	<u>17</u>

Demonstramos no quadro abaixo os “dados sobre as participações” das investidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Union Servicios de Alimentación S.A. de C.V.	-	2.833	-	-
Gran Sapore Del Colômbia	4.463	4.112	-	-
Sapore Pará Refeições Ltda.	461	1.892	-	-
Investimentos diversos	17	17	17	17
	<u>4.941</u>	<u>8.854</u>	<u>17</u>	<u>17</u>

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em controladas. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Conforme “dados sobre as participações” apresentado à seguir, a Companhia reconheceu provisão para perda relativa à sua participação em sua controlada Real Alimentación Del México, com patrimônio líquido descoberto de R\$ 1.563 em 2019 (R\$ 1.361 em 2018) e para a controlada Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V. de R\$ 854, (em 2018 não foram reconhecidas perdas relativas a participação na controlada). As perdas estão apresentadas na rubrica de “outras contas à pagar”, no passivo circulante.

31/12/2019									
	Participação	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido	MEP (nota 14)
Real Alimentación Del México	99,90%	30	5	(46)	(1.559)	1.570	-	-	-
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V.	99,90%	4.085	4.281	(8.966)	(254)	854	21.261	(5.735)	(5.729)
Gran Sapore Del Colômbia	99,90%	6.676	4.363	(6.563)	(14)	(4.463)	18.041	(1.411)	(1.410)
Sapore Pará Refeições Ltda.	97,00%	805	5	(393)	-	(416)	4.300	396	384
								(6.750)	(6.755)
31/12/2018									
	Participação	Total de ativos circulante	Total de ativos não circulante	Total de passivos circulante	Total de passivos não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado líquido	MEP (nota 14)
Real Alimentación Del México	99,90%	27	5	(43)	(1.440)	1.451	-	-	-
Unión Servicios de Alimentación S.A de C.V.	99,90%	3.738	3.720	(4.464)	(157)	(2.837)	16.581	(3.202)	(3.199)
Gran Sapore Del Colômbia	99,90%	6.157	3.430	(5.468)	-	(4.119)	16.194	(607)	(606)
Sapore Pará Refeições Ltda.	97,00%	2.898	4	(1.010)	-	(1.892)	7.973	1.892	1.835
								(1.917)	(1.970)

17 Intangível

a. Composição do intangível

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<i>Software</i>	11.826	(8.351)	3.475	2.681	13.336	(9.006)	4.330	3.863
<i>Software Tekfood</i>	7.682	(7.682)	-	-	7.682	(7.682)	-	-
Projetos em andamento	473	-	473	495	473	-	473	495
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	7.905	(1.798)	6.107	6.523	7.905	(1.798)	6.107	6.523
Acordo de não competitividade	100	(24)	76	81	100	(24)	76	81
<i>Vida útil indefinida</i>								
Patentes e marcas registradas	34	-	34	34	34	-	34	34
Ágio por rentabilidade futura	7.564	-	7.564	7.564	7.564	-	7.564	7.564
	35.584	(17.855)	17.729	17.378	37.094	(18.510)	18.584	18.560

b. Movimentação do custo

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida					
<i>Software</i>	5 anos	9.674	2.154	(2)	11.826
<i>Software</i> Tekfood	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	495	513	(535)	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		33.454	2.667	(537)	35.584
Consolidado					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Vida útil definida					
Software	5 anos	10.871	2.608	(143)	13.336
Software Tekfood	5 anos	7.682	-	-	7.682
Projetos em andamento	5 anos	495	513	(535)	473
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	7.905	-	-	7.905
Acordo de não competitividade	19 anos	100	-	-	100
Vida útil indefinida					
Patentes e marcas registradas	Indefinida	34	-	-	34
Ágio por rentabilidade futura (Gran Palato / Alimenco)	Indefinida	7.564	-	-	7.564
Total do custo do intangível		34.651	3.121	(678)	37.094

c. Movimentação da amortização

Controladora					
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<i>Software</i>	5 anos	(6.993)	(1.360)	2	(8.351)
<i>Software</i> Tekfood	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.382)	(416)	-	(1.798)
Acordo de não competitividade	19 anos	(19)	(5)	-	(24)
Total da amortização acumulada		(16.076)	(1.781)	2	(17.855)

		Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
<i>Software</i>	5 anos	(7.008)	(2.078)	80	(9.006)
<i>Software Tekfood</i>	5 anos	(7.682)	-	-	(7.682)
Carteira de clientes - Alimenco e G. Palato	19 anos	(1.382)	(416)	-	(1.798)
Acordo de não competitividade	19 anos	(19)	(5)	-	(24)
Total da amortização acumulada		(16.091)	(2.499)	80	(18.510)

d. Teste por redução ao valor recuperável

No encerramento de cada exercício, a Administração procede ao teste por redução ao valor recuperável do ágio e sua respectiva carteira de clientes reconhecidos sobre a aquisição de negócios da Alimenco e da Gran Palato e nenhuma perda foi reconhecida em relação ao ágio nas Unidades Geradoras de Caixas (UGC's).

Para os testes de redução ao valor recuperável, os ativos foram agrupados em uma única Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir.

Para a determinação do valor em uso dos ativos do Grupo foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado, calculado a partir da capitalização dos fluxos de caixa livres, descontados a uma taxa de retorno (WACC) que corresponde ao retorno exigido, considerando-se o custo médio ponderado das diferentes formas de financiamento presentes na estrutura de capital da Companhia.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto	10,93%	11,47%
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os Próximos quatro anos)	2,35%	2,34%

As projeções financeiras das unidades de negócios no Brasil foram elaboradas em moeda nacional, em valores nominais de meio de período.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para quatro anos e, após, uma taxa decrescente de vendas em função do término da vida útil do ativo intangível estimado por avaliação técnica

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelo crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos quatro anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos quatro anos.

Como resultado final dos testes o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados com o uso dos ativos do Grupo é superior ao valor contábil líquido do ativo, portanto nenhuma perda foi reconhecida.

18 Financiamentos e empréstimos e passivos de arrendamento

a. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são garantidos por títulos de contas a receber e avais do sócio majoritário.

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes (controladora e consolidado):

			<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	
	Moeda	Taxa de juros nominal	Vencimento final	Valor contábil	Valor contábil
Capital de giro	R\$	120% CDI até 131% e 100% CDI+1,5% a.a. até 1,9% a.a.	2022	81.282	46.330
Capital de giro (*)	R\$	120% CDI até 131% e 100% CDI+1,5% a.a. até 1,9% a.a.	2021	41.235	77.209
Debêntures	R\$	100% CDI+1,10% a.a.	2024	102.340	-
Total (controladora e consolidado)				<u>224.857</u>	<u>123.539</u>
Parcela classificada no passivo circulante				<u>73.602</u>	<u>60.548</u>
Parcela classificada no passivo não circulante				<u>151.255</u>	<u>62.991</u>

(*) Os empréstimos possuem *Swap* de proteção da taxa Indexados em USD.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida em longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Financiamentos e empréstimos	2021	2022	2024	Total
Capital de giro	<u>14.823</u>	<u>34.092</u>	<u>-</u>	<u>48.915</u>
Debêntures	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>100.000</u>	<u>102.340</u>
	<u>17.163</u>	<u>34.092</u>	<u>100.000</u>	<u>151.255</u>

b. Cláusulas restritivas (covenants)

As principais cláusulas de *covenants* atreladas aos contratos são:

- Inadimplência e prestação de informações da Companhia junto ao banco;
- Alteração na composição acionária e controle da Companhia;
- Início de processos de recuperação judicial e falência e divulgação de aspecto financeiros e econômicos que possam vir a ter impacto relevante sobre a operação da Companhia.
- O contrato de debêntures apresenta cláusulas de vencimento antecipado que estão atrelados aos índices financeiros e não financeiros para o período, mantendo a relação dívida líquida /EBITDA em 3,5 vezes para os exercícios de 2019 a 2021 e 3,0 vezes para os exercícios de 2022 e 2023.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está adimplente às cláusulas restritivas, e as garantias representadas por:

- Cessão fiduciária de direitos creditórios correspondentes a conta vinculada mantida junto ao Banco Bradesco, cujo fluxo bimestral de créditos seja equivalente a R\$ 30.000.

Os fiadores prestam fiança em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, solidariamente, por todos os valores e encargos devidos referentes a debêntures.

Os fiadores declaram ser principais pagadores pelo total da dívida oriunda das debêntures, o qual inclui o valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios e dos encargos.

O valor garantido será pago em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo atendeu a todas as cláusulas contratuais restritivas dos contratos vigentes, incluindo os passivos de arrendamento.

c. Debentures

Em 9 de agosto de 2019, a Companhia assinou com o Banco Bradesco S.A. um contrato de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de R\$ 100.000.

O cronograma de amortização do principal ocorrerá de forma semestral a partir do 18º mês, sendo seu vencimento final em 16 de agosto de 2024, a amortização dos juros ocorrerá de forma semestral e será observada durante toda vigência do contrato.

Cada debênture fará jus ao recebimento de juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI acrescidos de um spread de 1,10% ao ano.

As debêntures são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

d. Passivos de arrendamento

As obrigações de arrendamento e as parcelas a vencer dos contratos elegíveis ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estão compostas da seguinte forma:

Até 31 de dezembro de 2020	16.555
Em 2021	14.806
Em 2022	8.121
Em 2023	<u>7.026</u>
Total	<u><u>46.508</u></u>
Circulante	16.555
Não circulante	<u>29.953</u>
Total	<u><u>46.508</u></u>

Demonstramos abaixo a movimentação do passivo de arrendamento:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) em 1º. de janeiro de 2019	59.086
Pagamento de arrendamentos	(16.768)
Juros (nota 29)	<u>4.190</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>46.508</u></u>

e. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Controladora e Consolidado							
	Passivos		Arrendamentos financeiros e direitos de uso		Derivativos (ativos) / passivos mantidos para <i>hedge</i> de empréstimos de longo prazo		
	Empréstimos e financiamentos	Dividendos	Ativos de arrendamentos financeiros e direitos de uso	Passivos de arrendamentos financeiros e direitos de uso	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para <i>hedge</i> - ativo	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para <i>hedge</i> - passivo	Total
Saldo 1º de janeiro de 2019	123.539	24.564	(58.474)	59.086	(2.715)	3.513	149.513
Variações dos fluxos de caixa de financiamento							
Custos de empréstimos capitalizados	187.683	-	-	-	-	-	187.683
Aquisições de bens de direito de uso	-	-	(3.923)	-	-	-	(3.923)
Juros pagos	(13.143)	-	-	-	-	-	(13.143)
Pagamento de empréstimos	(87.084)	-	-	-	-	-	(87.084)
Amortização de direitos de uso (IFRS 16)	-	-	16.664	-	-	-	16.664
Pagamento de arrendamentos de direitos de uso e financeiro	-	-	-	(16.768)	-	-	(16.768)
Pagamento de dividendos (nota 24.d)	-	(34.002)	-	-	-	-	(34.002)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	87.456	(34.002)	12.741	(16.768)	-	-	49.427
Variações nos valores justos	-	-	-	-	(465)	(283)	(748)
Outras variações - relacionadas com passivos							
Despesa com juros	13.862	-	-	4.190	-	-	18.052
Valor residual de arrendamento de direito de uso	-	-	873	-	-	-	873
Dividendos do exercício propostos (nota 24.d)	-	19.576	-	-	-	-	19.576
Total das outras variações relacionadas com passivos	13.862	19.576	873	4.190	-	-	38.501
Saldo em 31 de dezembro de 2019	224.857	10.138	(44.860)	46.508	(3.180)	(3.230)	236.693

	Controladora e Consolidado					Total
	Passivos			Derivativos (ativos) / passivos mantidos para hedge de empréstimos de longo prazo		
	Empréstimos e financiamentos	Passivos de arrendamentos financeiros e direitos de uso	Dividendos	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - ativo	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivo	
Saldo 1º de janeiro de 2018	96.912	2.426	12.500	(668)	1.035	112.205
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Custos de empréstimos capitalizados	139.082	-	-	-	-	139.082
Juros pagos	(12.370)	(540)	-	-	-	(12.910)
Pagamento de empréstimos	(112.739)	-	-	-	-	(112.739)
Pagamento de arrendamentos financeiro	-	(1.814)	-	-	-	(1.814)
Pagamento de dividendos	-	-	(12.500)	-	-	(12.500)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	13.973	(2.354)	(12.500)	-	-	(881)
Variações nos valores justos	-	-	-	(2.047)	2.478	431
Outras variações - relacionadas com passivos						
Despesa com juros	12.654	540	-	-	-	13.194
Dividendos do Exercício	-	-	(913)	-	-	(913)
Compensação de dividendos com Partes Relacionadas (nota 22.d)	-	-	25.477	-	-	25.477
Total das outras variações relacionadas com passivos	12.654	540	24.564	-	-	37.758
Saldo em 31 de dezembro de 2018	123.539	612	24.564	(2.715)	3.513	149.513

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos alimentícios	103.600	80.259	109.956	85.352
Serviços	42.253	25.448	42.276	25.951
Equipamentos	2.742	15.600	2.903	15.777
	<u>148.595</u>	<u>121.307</u>	<u>155.136</u>	<u>127.080</u>

20 Fornecedores - risco sacado

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Risco sacado	44.418	48.216
	<u>44.418</u>	<u>48.216</u>

O Grupo através de parcerias com instituições financeiras de primeira linha, disponibiliza aos seus fornecedores linhas atrativas de crédito por meio do produto risco sacado, o qual possibilita, a antecipação dos recebíveis junto a instituição financeira de sua escolha, possibilitando a gestão sobre seu fluxo de caixa. Assim, essas operações são apresentadas no fluxo de caixa das atividades operacionais dessas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras ficaram entre 0,80% e 2,5% (0,90% e 2,5% em 2018) ao mês.

21 Provisão para processos e depósitos judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

a. Composição dos processos e depósitos judiciais

Controladora						
					31/12/2019	31/12/2018
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais	Valor Líquido - Depósitos Judiciais	
Trabalhistas	7.459	(6.671)	6.514	(5.726)	3.971	
Tributário:						
ICMS (ii)	15.992	-	15.992	-	12.929	
PIS e COFINS (i)	12.738	(12.738)	-	-	-	
FNDE RAT/FAP	7.351	(7.351)	-	-	-	
Outros	7.781	-	7.781	-	7.454	
	43.862	(20.089)	23.773	-	20.383	
	51.321	(26.760)	30.287	(5.726)	24.354	
Consolidado						
					31/12/2019	31/12/2018
	Depósito judicial	Provisão para processos judiciais	Valor líquido - Depósitos judiciais	Valor líquido - Provisão para processos judiciais	Valor Líquido - Depósitos Judiciais	
Trabalhistas	7.459	(6.671)	6.514	(5.726)	3.971	
Tributário:						
ICMS (ii)	15.992	-	15.992	-	12.929	
PIS e COFINS (i)	12.738	(12.738)	-	-	-	
FNDE RAT/FAP	7.351	(7.351)	-	-	-	
Outros	7.781	-	7.781	(71)	7.454	
	43.862	(20.089)	23.773	(71)	20.383	
	51.321	(26.760)	30.287	(5.797)	24.354	

b. Movimentação da provisão para processos

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2019		
	Saldo final	Adição	Baixa	Saldo final
Trabalhistas	7.231	4.527	(5.087)	6.671
Tributário:				
PIS e COFINS (i)	7.460	5.278	-	12.738
FNDE	409	6.978	(36)	7.351
ICMS (ii)	36.365	-	(36.365)	-
	51.465	16.783	(41.488)	26.760

c. Movimentação dos depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2019		
	Saldo final	Adição	Baixa	Saldo Final
Trabalhistas	8.157	1.691	(2.389)	7.459
Tributário:				
PIS e COFINS (i)	7.460	5.278	-	12.738
FNDE	409	6.978	(36)	7.351
ICMS (ii)	49.294	3.063	(36.365)	15.992
Outros	7.454	1.307	(980)	7.781
	72.774	18.317	(39.770)	51.321

Os principais processos que compõem o saldo de provisão em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão relacionados com:

- (i) PIS e COFINS sobre receitas financeiras - A Companhia questiona judicialmente a inconstitucionalidade referente a tributação de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. Desta feita, mensalmente a Companhia efetua em juízo o recolhimento desta parcela questionada, mantendo o saldo provisionado contabilmente no montante de R\$ 12.738 e o mesmo valor em depósito judicial (R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2018 e o mesmo valor em depósito judicial).
- (ii) ICMS - A Companhia obteve decisão transitada em julgada em 23 de maio de 2019 reconhecendo seu direito a recolher o ICMS pela alíquota de 4% sobre o faturamento no estado do Rio de Janeiro, tendo, portanto, sido reconhecida como ilegal a exigência feita pelo Fisco fluminense de que a tributação ocorresse pelo sistema de débito e crédito pela alíquota de 12%. Durante o trâmite processual, a diferença entre os dois regimes de tributação foi depositada judicialmente, sendo que, com o trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia, houve a autorização para saque deste valor, o saque foi realizado em 21 de junho de 2019.

O saldo remanescente de ICMS refere-se as Execuções Fiscais 3006840-70.2013.8.26.0405 (CDA 1.092.901.727) e 3006841-55.2013.8.26.0405 (CDA 1.064.961.144) as quais decorreram de utilização de precatórios diretamente nas Guias de Apuração de Informação de ICMS no período compreendido entre os meses de outubro de 2008 a fevereiro de 2010, desde junho de 2013 O Grupo recolheu recursal de 0,35% sobre o faturamento do Estado de São Paulo que compreende ao montante de R\$ 15.992 em 31 de dezembro de 2019 e (R\$ 12.929 em 2018.)

Perdas possíveis

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos de risco possível no montante de R\$ 169.485 (R\$ 120.435 em 31 de dezembro de 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, que são principalmente:

- Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil nº 10803.720099/2014-81 - Trata-se de cobrança de diferenças de PIS e COFINS do exercício de 2009, apurados pelo regime não cumulativo, bem como glosa de créditos tomados.
- RAT/FAP: A Companhia discute judicialmente a ilegalidade da instituição do FAP e da majoração da alíquota do RAT para seu segmento de atuação. O processo encontra-se aguardando apreciação de Recurso Especial interposto pela Companhia, porém, o tema pende de discussão de Repercussão geral no STF.

22 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
REFIS da Copa – (PIS/COFINS e IR/CS) (a)	763	2.098	2.861	889	6.146	7.035
REFIS Federal – PIS e COFINS (b)	1.485	1.857	3.342	-	-	-
ICMS a recolher	8.543	-	8.543	8.453	-	8.453
PIS a recolher	1.535	-	1.535	2.585	-	2.585
COFINS a recolher	7.203	-	7.203	5.876	-	5.876
Parcelamento IOF (PERT) (c)	940	1.880	2.820	892	2.600	3.492
Parcelamento PIS e COFINS	20	157	177	-	-	-
IOF a recolher	495	-	495	472	-	472
Outros	2.524	-	2.524	1.819	-	1.819
	23.508	5.992	29.500	20.986	8.746	29.732

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Curto Prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
REFIS da Copa – (PIS/COFINS e IR/CS)						
(a)	763	2.098	2.861	889	6.146	7.035
REFIS Federal – PIS e COFINS (b)	1.485	1.857	3.342	-	-	-
ICMS a recolher	8.543	-	8.543	8.548	-	8.548
PIS a recolher	1.535	-	1.535	2.598	-	2.598
COFINS a recolher	7.203	-	7.203	5.934	-	5.934
Imposto sobre valor agregado	4.037	-	4.037	-	-	-
Parcelamento IOF (PERT) (c)	940	1.880	2.820	892	2.600	3.492
Parcelamento PIS e COFINS	20	157	177	-	-	-
IOF a recolher	507	-	507	484	-	484
Outros	4.897	-	4.897	4.762	-	4.762
	<u>29.930</u>	<u>5.992</u>	<u>35.922</u>	<u>24.107</u>	<u>8.746</u>	<u>32.853</u>

- (a) A Companhia protocolou pedido de parcelamento referente aos débitos de PIS e COFINS (cumulativo e não cumulativo) não liquidados relativos ao período de outubro e novembro de 2009 e maio a novembro de 2010. Em 2015 o parcelamento foi consolidado, mas por erro no sistema da Receita Federal não foi possível incluir débitos de PIS/COFINS (cumulativo e não-cumulativo) da competência de novembro de 2010. Do saldo remanescente desse parcelamento foi efetuado pedido de revisão dos débitos sob n.º 10830724912/2015-46 e apesar do deferimento por parte da Receita Federal em 06/06/2017, por falta de sistema operacional o recálculo do total dos débitos e ajuste do saldo da dívida face aos pagamentos somente ocorreu em 04/12/2019, resultando assim o real valor da dívida consolidada no parcelamento e os devidos ajustes.
- (b) A Companhia controlava na conta “Refis da Copa (PIS/COFINS/IR/CS)” o valor agrupado dos parcelamentos especiais com adesão realizada, ou seja, tanto da lei 12.996/14 (denominado refis da copa) como da lei 12.865/13 (denominado refis reabertura da lei 11.941/09). Em 04/12/2019, com a consolidação manual em virtude de erro no sistema do parcelamento da lei 12.996/14 por parte da Receita Federal do Brasil, foi possível rever os saldos das contas e realizar o desmembramento dos valores restando na presente conta “Refis Federal– PIS e COFINS” o saldo do parcelamento da lei 12.865/13 (denominado refis reabertura da lei 11.941/09).
- (c) Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia fez a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), o qual foi instituído por meio de Medidas Provisórias n.º 783 de 31.05.17 e n.º 798 de 31.08.17, convertida na Lei 13.496/17, cujos procedimentos foram regulamentados pela Instrução Normativa RFB n.º 1.711 de 16.06.17 e n.º 1.733 de 31 de agosto de 2017 e pela Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional n.º 690 de 29.06.17, sendo alteradas pela Portaria n.º 1.032 de 25 de outubro de 2017. Foram incluídos no PERT débitos de COFINS objeto de despacho decisório de compensação indevida cuja defesa administrativa em julgamento perante o CARF possuía chance de êxito possível com ênfase para remoto e I.O.F alocados em parcelamento administrativo ordinário da Lei 10.522/02 junto à Receita Federal do Brasil. O valor destes débitos totalizou R\$ 6.688, dos quais foram pagos entre a antecipação da dívida no percentual de 5% e parcelas mensais o montante de R\$ 867 e, o saldo remanescente após a consolidação é de R\$ 3.132 em 30 de junho de 2018 e o mesmo valor em 31 de dezembro de 2018 dividido em 60 parcelas mensais com as reduções previstas na Lei 13.496/17.

23 Salários, férias e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de férias e encargos	40.530	40.852	40.634	40.883
INSS a recolher	16.416	14.617	16.416	14.617
Salários a pagar	13.325	12.801	13.697	12.995
FGTS a recolher	3.130	2.919	3.130	2.919
Outros	1.504	1.464	2.084	1.793
	74.905	72.653	75.961	73.207

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado é de 10.000.000 ações (2018 e 2019) ordinárias classe “A”.

Em 14 de outubro de 2019, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o capital social da Companhia aumentou em R\$ 49.970 mediante utilização da reserva de lucros acumulados, sem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 68.770 (R\$ 18.800 em 31 de dezembro de 2018):

	2019		2018	
	Ações Classe A	Total de ações	Ações Classe A	Total de ações
Abanzai Representações S.A.	9.920.782	9.920.782	9.999.980	9.999.980
Daniel Eugenio Rivas Mendez	20.000	20.000	10	10
Minoritários	59.218	59.218	10	10
	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000

b. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social realizado ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos como aquisições e de capital de giro.

c. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos do exercício de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício	41.214	50.954
(-) Reserva legal – 5% do lucro líquido	<u>(2.062)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>39.152</u>	<u>50.954</u>
Dividendos propostos de acordo com o estatuto social - 50%	<u>19.576</u>	<u>25.477</u>
(-) Pagamento antecipado	<u>(9.438)</u>	<u>(913)</u>
Dividendos a pagar 31/12/2019 (nota 14)	<u>10.138</u>	<u>24.564</u>

Os pagamentos antecipados foram efetuados em novembro no total de R\$ 3.980 e dezembro de R\$ 5.458 (R\$ 913 em 2018).

e. Participação de não controladores

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.

	Consolidado									
	31.12.2019					31.12.2018				
	Sapore Pará	Colômbia	Union	Real	Total	Sapore Pará	Colômbia	Union	Real	Total
Percentual dos não controladores	3,00%	0,10%	0,10%	0,10%	-	3,00%	0,10%	0,10%	0,10%	-
Ativo não circulante	5	4.364	4.281	5	8.655	1.086	6.146	3.733	28	10.993
Ativo circulante	804	6.676	4.085	30	11.595	1.815	3.424	3.716	5	8.960
Passivo não circulante	-	(14)	(254)	(1.559)	(1.827)	(1.010)	(5.458)	(4.493)	(1.483)	(12.444)
Passivo circulante	(393)	(6.563)	(8.966)	(46)	(15.968)	-	-	(123)	-	(123)
Ativos líquidos	416	4.463	(854)	(1.570)	2.455	1.891	4.112	2.833	(1.450)	7.386
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	12	4	(1)	-	16	57	5	3	-	65
Resultado	-	-	-	-	41.165	-	-	-	-	51.014
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	-	-	739	-	-	-	-	626
Total resultado abrangente	-	-	-	-	41.904	-	-	-	-	51.640
Resultado alocado para os não controladores	-	-	-	-	(49)	-	-	-	-	60

25 Receita de vendas e de serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de refeições	2.063.622	1.907.578	2.109.536	1.950.160
Receita de outros serviços	41.706	43.275	41.706	43.275
Menos				
Impostos sobre vendas	(235.113)	(223.975)	(235.942)	(225.321)
Devoluções e abatimentos	(31.843)	(41.478)	(33.327)	(42.776)
Ativos de contratos	5.684	2.327	5.684	2.327
Total de receita contábil	1.844.056	1.687.736	1.887.657	1.727.665

26 Custos das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal e benefícios	600.176	533.025	609.240	540.189
Custo dos produtos	494.430	485.469	508.649	497.173
Insumos	381.723	316.392	399.924	331.946
Depreciação direito de uso	9.623	-	9.623	-
Custos operacionais	37.003	46.960	38.874	48.095
Serviços de terceiros	39.341	32.705	41.692	33.739
Depreciação e amortização	28.359	26.459	29.364	27.576
Manutenções e reparos	21.953	19.256	21.990	19.304
Materiais de uso e consumo	16.091	13.609	16.333	13.882
Utilidades	16.612	15.213	17.317	15.766
Outros	2.940	2.594	3.081	2.713
Total dos custos das vendas e dos serviços prestados	1.648.251	1.491.682	1.696.087	1.530.383

27 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal e benefícios	61.159	54.493	62.518	55.955
Outras despesas gerais	20.403	23.551	20.827	24.266
Despesas com serviços e outros	24.825	28.731	25.379	29.686
Depreciação direito de uso	7.110	-	7.110	-
Despesas com depreciação e amortização	6.204	6.126	6.444	6.373
Total das despesas gerais e administrativas	119.701	112.901	122.278	116.280

As outras despesas gerais incluem provisão de indenizações trabalhistas, despesas com manutenção, telefone, materiais de escritório entre outras despesas pulverizadas.

28 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras despesas				
Taxas e emolumentos	(1.390)	(6.599)	(1.390)	(6.598)
Baixas de ativo imobilizado e de uso e consumo	(5.080)	(2.219)	(5.080)	(2.219)
Demais impostos, taxas e contribuições	(1.618)	(2.087)	(1.618)	(2.121)
Outros	(200)	(1.561)	(200)	(1.577)
Total de outras despesas	(8.288)	(12.466)	(8.288)	(12.515)
Outras receitas				
Recuperação de créditos fiscais (nota 22) - (a)	36.365	21.086	36.365	21.086
Receita com administração de espaços	3.181	6.639	3.181	6.639
Outras	4.273	1.431	4.658	1.431
Total de outras receitas	43.819	29.156	44.204	29.156
Total das receitas (despesas) líquidas	35.531	16.690	35.916	(16.641)

- (a) O Grupo obteve decisão transitada em julgada em 23 de maio de 2019 reconhecendo seu direito a recolher o ICMS pela alíquota de 4% sobre o faturamento no estado do Rio de Janeiro, tendo, portanto, sido reconhecida como ilegal a exigência feita pelo Fisco fluminense de que a tributação ocorresse pelo sistema de débito e crédito pela alíquota de 12% gerando uma recuperação de crédito conforme nota 22.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Juros/multa e outros - (REFIS/PEP-ICMS/IR-CS)	-	15.010	-	15.010
Rendimento com aplicações financeiras	1.939	876	1.939	876
Outras receitas financeiras	898	1.540	921	1.549
Juros ativos	889	7.191	889	7.191
Total de receitas financeiras	3.726	24.617	3.749	24.626

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.479)	(14.579)	(17.479)	(14.579)
IOF e PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(6.130)	(4.866)	(6.135)	(4.881)
Despesa financeira direito de uso (nota 18.d.)	(4.190)	-	(4.190)	-
Descontos concedidos	(3.983)	(4.529)	(3.986)	(4.529)
Outros descontos	(3.164)	(3.837)	(3.164)	(3.897)
Tarifas bancárias	(489)	(9.695)	(510)	(9.710)
Juros/multa de mora e outros	(1.574)	(1.197)	(1.580)	(1.201)
Outras despesas financeiras	(153)	(1.715)	(411)	(1.878)
Juros e multa - Parcelamento PERT	(145)	(503)	(145)	(503)
Total de despesas financeiras	(37.307)	(40.921)	(37.600)	(41.178)
Total das receitas (despesas) líquidas	(33.581)	(16.304)	(33.851)	(16.552)

30 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes dos impostos	65.533	73.580	65.458	72.920
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(22.281)	(25.017)	(22.256)	(24.793)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes e IR fonte sobre JSCP:				
Outras adições e exclusões temporárias e permanentes	(2.038)	(2.391)	(2.037)	(2.887)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.730)	(18.981)	(17.901)	(19.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	(6.589)	(3.645)	(6.392)	(2.524)
Total da (despesa) com imposto de renda e contribuição social	(24.319)	(22.626)	(24.293)	(21.906)
Alíquota efetiva combinada de imposto de renda e contribuição social	37%	31%	37%	30%

31 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos para assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
		2019	2018	2019	2018
		Hierarquia de valor justo			
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	3.180	2.715	3.180	2.715
Aplicações Financeiras	Nível 2	102.690	32.893	102.690	32.893
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes e ativos de contrato		238.501	220.421	238.501	220.421
Empréstimos a receber	Nível 2	1.366	1.098	1.366	1.098
Outras contas a receber	Nível 2	32.359	21.238	32.359	21.238
		378.096	278.365	378.096	278.365
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	3.230	3.513	3.230	3.513
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores		148.595	121.307	148.595	121.307
Fornecedores risco sacado		44.418	48.216	44.418	48.216
Financiamentos e empréstimos	Nível 2	122.517	123.539	120.412	126.165
Debêntures	Nível 2	102.340	-	103.645	-
Dividendos a pagar	Nível 2	10.138	24.564	10.138	24.564
Mútuo a pagar	Nível 2	-	1.812	-	1.812
Outras contas a pagar - Contraprestação contingente	Nível 2	173	437	173	437
Outras contas a pagar	Nível 2	6.173	8.995	6.173	8.995
		437.584	332.383	436.784	335.009

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor justo	
		2019	2018	2019	2018
		Hierarquia de valor justo			
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	3.180	2.715	3.180	2.715
Aplicações Financeiras	Nível 2	102.690	32.893	102.690	32.893
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes e ativos de contrato		246.869	229.404	246.869	229.404
Empréstimos a receber	Nível 2	1.366	1.098	1.366	1.098
Outras contas a receber	Nível 2	32.754	21.441	32.754	21.441
		386.859	287.551	386.859	287.551
Passivo					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	Nível 2	3.230	3.513	3.230	3.513
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores		155.136	127.080	155.136	127.080
Fornecedores risco sacado		44.418	48.216	44.418	48.216
Financiamentos e empréstimos	Nível 2	122.517	123.539	120.412	126.165
Debêntures	Nível 2	102.340	-	103.645	-
Dividendos a pagar	Nível 2	10.138	24.564	10.138	24.564
Outras contas a pagar - Contraprestação contingente	Nível 2	173	437	173	437
Outras contas a pagar	Nível 2	6.323	9.614	6.323	9.614
		444.275	336.963	443.475	339.589

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 - Mensuração do valor justo, o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos do Grupo.

O Grupo tem a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros com reporte diretamente ao Diretor Administrativo Financeiro.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o Gerente Financeiro analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os instrumentos financeiros significativos como o caixa e equivalentes de caixa, o contas a receber de clientes, o mútuo a receber e o contas a pagar para fornecedores já estavam próximos de seus respectivos valores de mercado.

32 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão demonstradas na nota explicativa 10.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O Grupo estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta para elaboração de contrato e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados a cada renovação contratual.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 1 mês baseado nos serviços mensais prestados.

O Grupo possui uma taxa de retenção de mais de 95% e historicamente apresenta níveis muito baixos de clientes com problemas de recuperação. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber e a metodologia das taxas de perda estão demonstrados na nota explicativa nº 8(l).

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A carteira de cliente do Grupo é bastante pulverizada, e em 31 de dezembro de 2019 o maior cliente representa 5% do faturamento total do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte foi:

	Controladora	
Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i> (circulante e não circulante)	3.180	2.715
Caixa e equivalentes de caixa	109.901	36.468
Contas a receber de clientes	238.501	220.421
Outros investimentos (precatórios)	1.138	2.868
Empréstimos a receber	1.366	1.098
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	32.359	21.238
	386.445	284.808
	Consolidado	
Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i> (circulante e não circulante)	3.180	2.715
Caixa e equivalentes de caixa	111.068	36.783
Contas a receber de clientes	246.869	229.404
Outros investimentos (precatórios)	1.138	2.868
Empréstimos a receber	1.366	1.098
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	32.754	21.440
	396.375	294.308

A Administração do Grupo não identificou risco de créditos nos demais instrumentos financeiros ativos.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 109.901 na controladora e R\$ 111.068 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 36.468 na controladora e R\$ 36.783 no consolidado). Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira, os quais possuem *rating* entre AA- e AA+, assim como os derivativos contratados (nota explicativa 9).

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo que trabalha fortemente na revisão de seus contratos, visando a reajustes necessários e renegociando dívidas para melhorar seus índices financeiros.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa altamente negociável a um montante em excesso às saídas de caixa sobre passivos financeiros (outros que não “fornecedores”) para os próximos 60 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”. Em 31 de dezembro de 2019, os fluxos de caixa esperados provenientes do “Contas a receber de clientes” com vencimento dentro de dois meses foram de R\$ 225.487 na controladora e de R\$ 229.847 no consolidado. Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais. Abaixo os saldos expostos ao risco de liquidez em 31 de dezembro de 2019:

Passivos	Controladora				
	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	3.230	1.565	1.665	-	-
Fornecedores	148.595	148.595	-	-	-
Fornecedores risco sacado	44.418	44.418	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	156.643	89.225	67.418	-	-
Debêntures	144.317	11.335	132.982	-	-
Dividendos a pagar	10.138	10.138	-	-	-
Mútuo a pagar	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	6.346	6.346	-	-	-
	<u>513.687</u>	<u>311.622</u>	<u>202.065</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Passivos	Consolidado				
	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais que 5 anos
Instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	3.230	1.565	1.665	-	-
Fornecedores	155.136	155.136	-	-	-
Fornecedores risco sacado	44.418	44.418	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	156.643	89.225	67.418	-	-
Debêntures	144.317	11.335	132.982	-	-
Dividendos a pagar	10.138	10.138	-	-	-
Mútuo a pagar	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	6.496	4.908	1.588	-	-
	520.378	316.725	203.653	-	-

(iv) Risco de mercado

Decorre da possibilidade da exposição ao risco do Grupo incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Risco a taxas de juros

O Grupo adota como política garantir que sua exposição à taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Isso é atingido em parte pela contratação de instrumentos com taxas pré-fixadas e em parte pela tomada de empréstimos a taxas pós-fixadas, com a utilização de swaps de taxas de juros como *hedges* de variação no fluxo de caixa atribuível a mudanças na taxa de juros.

O Grupo estipula a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na taxa de juros referencial, prazos de pagamento, datas de reprecificação e de vencimento e os valores nominais ou referenciais.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

O Grupo está sujeita a riscos e oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e juros ativos sobre aplicações financeiras. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Abaixo são considerados três cenários de taxas de juros para os empréstimos com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentados neste caso cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% e 50% da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

- (i) **Cenário Provável:** expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. O Grupo se baseia em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para definir seu cenário provável: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras foi obtida a projeção do índice CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 4,5% (6,39% em 2018); A partir dos fatores expostos acima, foram calculadas as variações dos cenários adverso e remoto.
- (ii) **Cenário Adverso:** deterioração/apreciação de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019.
- (iii) **Cenário Remoto:** deterioração/apreciação de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2019.

Para cada cenário foi calculada a despesa e a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Em 31 de dezembro 2019

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Empréstimos	Exposição sobre Empréstimos	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(4.50%)	(3.38%)	(2.25%)	(5,63%)	6,75%
Aumento da taxa de juros (CDI)	224.857	10.119	7.589	5.059	12.648	15.178
Efeito no resultado (aumento/redução)	-	-	(2.530)	(5.059)	2.530	5.059

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Aplicações financeiras	Exposição sobre Aplicações financeiras	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(4.50%)	(3.38%)	(2.25%)	(5,63%)	6,75%
Redução da taxa de juros (CDI)	102.690	4.621	3.466	2.311	5.776	6.932
Efeito no resultado (aumento/redução)	-	-	(1.155)	(2.311)	1.155	2.311

Em 31 de dezembro 2018

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Empréstimos	Exposição sobre Empréstimos	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(6,69%)	(5,02%)	(3,35%)	(8,36%)	(10,04%)
Redução/aumento da taxa de juros (CDI)	<u>123.539</u>	<u>8.265</u>	<u>6.202</u>	<u>4.139</u>	<u>10.328</u>	<u>12.403</u>
Efeito no resultado (aumento/redução)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.066)</u>	<u>(4.132)</u>	<u>2.066</u>	<u>4.132</u>

		Controladora e Consolidado				
		Deterioração			Apreciação	
Fator de risco taxa de juros - Aplicações financeiras	Exposição sobre Aplicações financeiras	Cenário Provável (i)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)	Cenário Adverso (ii)	Cenário Remoto (iii)
Risco	-	(6,69%)	(5,02%)	(3,35%)	(8,36%)	(10,04%)
Redução/aumento da taxa de juros (CDI)	<u>32.893</u>	<u>2.201</u>	<u>1.651</u>	<u>1.102</u>	<u>2.750</u>	<u>3.302</u>
Efeito no resultado (aumento/redução)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(550)</u>	<u>(1.100)</u>	<u>550</u>	<u>1.100</u>

Os demais empréstimos estão atrelados a taxas prefixadas, não expostas a oscilações.

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as operações de dívida em dólar da Companhia

O Grupo adota uma estrutura de *hedge accounting* de fluxo de caixa que consiste na cobertura de suas dívidas em dólar norte americano - USD, contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD *versus* BRL, usando como instrumento de cobertura instrumentos financeiros derivativos *swap*, em valores e vencimentos equivalentes.

Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

31 de dezembro de 2019

Contraparte	<u>Objeto de hedge - Dívida</u>		<u>Instrumento de hedge - Swap</u>		Exposição	Risco protegido	Valor-base - Objeto	Valor-base - Instrumento	MtM	Curva	Efeito no PL 31/12/2019
	Data de início	Vencimento	Data de início	Vencimento							
Citibank	26/10/2018	26/02/2021	26/10/2018	26/02/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.047	20.047	854	881	(27)
Citibank	26/10/2018	29/10/2021	26/10/2018	29/10/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	18.500	18.500	961	1.058	(97)
Citibank	26/10/2018	06/10/2020	26/10/2018	06/10/2020	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	19.425	19.425	744	766	(22)
Itaú	13/06/2018	14/06/2021	13/06/2018	14/06/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.000	20.000	621	525	96
									<u>3.180</u>	<u>3.230</u>	<u>(50)</u>

31 de dezembro de 2018

Contraparte	<u>Objeto de hedge - Dívida</u>		<u>Instrumento de hedge - Swap</u>		Exposição	Risco protegido	Valor-base - Objeto	Valor-base - Instrumento	MtM	Curva	Efeito no PL 31/12/2018
	Data de início	Vencimento	Data de início	Vencimento							
Citibank	26/10/2018	26/02/2021	26/10/2018	26/02/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.000	20.000	232	182	50
Citibank	26/10/2018	29/10/2021	26/10/2018	29/10/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	20.047	20.047	609	799	(190)
Citibank	26/10/2018	06/10/2020	26/10/2018	06/10/2020	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	18.500	18.500	386	766	(380)
Bradesco	13/12/2016	27/11/2019	13/12/2016	27/11/2019	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	19.425	19.425	673	789	(116)
Itaú	13/06/2018	14/06/2021	13/06/2018	14/06/2021	Δ Cambial USD + Spread	Δ Cambial USD + Spread	16.929	16.929	815	977	(162)
									<u>2.715</u>	<u>3.513</u>	<u>(798)</u>

O *hedge accounting* está classificado, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante	2.322	1.644
Ativo não circulante	858	1.071
	3.180	2.715
Passivo circulante	1.565	1.270
Passivo não circulante	1.665	2.243
	3.231	3.513
Valor líquido	(51)	(798)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, bem como a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como “Ajustes de avaliação patrimonial”. Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

Análise de sensibilidade - Câmbio

Considerando que as exposições em moeda estrangeiras estão 100% protegidas por meio de operações de *swaps*, quaisquer cenários de estresse da moeda correspondente não representariam nenhum impacto significativo no resultado da Companhia.

33 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou mudanças significativas nas empresas do setor privado e do governo, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas empresas que será refletido nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, atualmente não é praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro deste surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável do ágio.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 18 sobre Empréstimos e Financiamentos, apesar de aparentemente estarmos expostos à variação cambial do dólar norte-americano no montante de R\$ 41.235 (USD 20.889) em 31 de dezembro de 2019, os possíveis

impactos do surto na nossa exposição cambial foram divulgados na análise de sensibilidade relacionada à variação cambial na nota explicativa 32 e estão suportadas por operações de hedge cambial.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas subsidiárias, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomamos diversas ações, sendo as principais:

- Negociações com fornecedores da Companhia, afim de não suspender o abastecimento dos principais insumos nas unidades.
- Implementação de medidas temporárias com colaboradores ligados a atividade operacional, quando necessário.
- Para os colaboradores administrativos, as medidas foram férias, compensação de banco de horas e *home office*.
- Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, visando preservar caixa e manutenção do índice de liquidez.

É importante frisar que a Companhia e suas subsidiárias apresentam sólida posição financeira e de crédito, que associada às medidas preventivas em curso, asseguram plena condição sustentável para atravessar este momento de crise, com equilíbrio econômico e financeiro.

* * *

Diretor Presidente
Daniel Eugênio Rivas Mendez

Vice Presidente
Elezir José da Silva Junior

Diretora de Suprimentos
Maíke Raiter

Diretora de Operações
Vanessa Veloso

Diretora de Novos Negócios
Veridiana Gonçalves Correa

Diretor Comercial
Rafael Coelho Ferreira

Diretor de TI
Rafael Crema Tobará

Diretora de Recursos Humanos
Teresa C. R. da Silva Caldas

Diretor Administrativo e Financeiro
Marcos Antonio Rocha Coentro

Contadora
Eliane C. F. Mantovan
CRC 1SP259578/O-9